



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ - SESEC**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG**  
**EDITAL Nº 01/2023 - SESEC/SEPOG, DE 27 DE MARÇO DE 2023, E SUAS ALTERAÇÕES**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

**EDITAL Nº 44 - DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (FIC) E OUTROS DOCUMENTOS**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ (SESEC) e o SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG), tornam público o **EDITAL Nº 44/2024 - CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (FIC) E OUTROS DOCUMENTOS**, referente ao concurso público destinado ao provimento de 1.000 (um mil) vagas para o cargo de Guarda Municipal, criadas pela Lei Complementar Municipal nº 038/2007 e suas respectivas alterações e atualizações, com lotação na Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), órgão subordinado à Secretaria Municipal da Segurança Cidadã da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**1. DA CONVOCAÇÃO**

- 1.1. Ficam convocados para o preenchimento do **FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (FIC)** e envio dos documentos previstos no subitem 2.13 deste Edital, os candidatos elencados no Anexo Único deste Edital no período de **01/10/2024 a 04/10/2024**, a ser realizado por meio de ferramenta *on-line*, acessível pelo link **"FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS"** disponível na Área do candidato da página do concurso, contida no endereço eletrônico <https://idecan.selecao.net.br/informacoes/63/>
- 1.2. O envio do Formulário de Informações Confidenciais (FIC) e outros documentos previstos no subitem 2.13 deste Edital, ocorrerá por meio de sistema *on-line* disponibilizado na Área do Candidato para tanto, mediante o envio de documentos em PDF (exclusivamente).
- 1.3. O Formulário Eletrônico estará disponível no portal eletrônico da Organizadora, onde o candidato deverá identificar-se por meio de login. Na área do candidato, no link **"Mais informações"** deverá preencher todos os campos do **FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**.
- 1.4. O envio será composto por campos intitulados, devendo o candidato anexar em cada campo a documentação comprobatória que julgar correspondente à descrição.
- 1.5. Somente serão aceitos arquivos nos seguintes formatos: PDF (exclusivamente).
- 1.6. Os arquivos ilegíveis serão considerados sem validade.
- 1.7. Serão aceitos arquivos de até 2 MB (dois megabytes), cada.
- 1.8. No documento anexado, deve constar a identificação nominal do candidato, devendo, portanto, ser anexado em anverso e verso, sempre que houver.
- 1.9. O candidato inscrito assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no envio dos arquivos.

**2. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL**

- 2.1. A realização da Investigação Social tem por finalidade apurar a reputação ilibada, a boa conduta social e a

idoneidade moral inatacável o candidato, sendo encargo da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã – SESEC, e poderá processar-se durante todo o concurso público, desde a inscrição até a nomeação.

2.2. Os candidatos serão submetidos à Investigação Social, que tem caráter eliminatório e visa a apurar se o candidato ao cargo possui idoneidade nos âmbitos social, moral, profissional, escolar, civil e criminal, ao apresentar condutas compatíveis com a dignidade da função escolhida, conforme as informações coletadas e processadas pelos órgãos competentes, verificando se os padrões ético-morais são consentâneos com a vida profissional de um guarda municipal.

2.3. Serão considerados aprovados nesta Fase os candidatos tidos como “RECOMENDADO/APTO”.

2.4. A Investigação Social obedecerá aos critérios constantes em normatização própria, vigente desde o início de sua realização, qual seja, a Instrução Normativa nº 001/2023 - SESEC, publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza em 24 de março de 2023.

2.5. O candidato preencherá, para fins da investigação social, o Formulário de Informações Confidenciais (FIC), que será disponibilizado de forma on-line, na Área do Candidato.

2.6. O FIC poderá ser disponibilizado para preenchimento e envio on-line, ou para preenchimento eletrônico e envio por arquivo em PDF após o completo preenchimento.

2.7. O candidato convocado no Anexo Único deste Edital deverá manter sob sua guarda o FIC original juntamente com sua documentação anexa, em meio físico, e deverá entregar toda a documentação no dia **08/10/2024** na sede da Academia de Segurança Cidadã-AMSEC da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã do Município de Fortaleza, situada à Rua Padre Pedro de Alencar, 2230, Messejana, Fortaleza no horário de 8h às 17h.

2.8. Durante todo o período do Concurso Público o candidato deverá manter atualizados os dados informados no FIC, assim como cientificar formal e circunstanciadamente qualquer outro fato relevante para a Investigação.

2.9. Quando na Investigação Social de um candidato concluir-se por sua incompatibilidade com o cargo a que ele concorre, deverá ser elaborado um parecer, em que constem as situações que o inabilite ao exercício do cargo.

2.10. O candidato será notificado da incompatibilidade com o cargo de Guarda Municipal.

2.11. A Investigação Social compreende o preenchimento do Formulário de Informações Confidenciais (FIC), diligências, entrevistas, pedidos de informação e solicitação de documentos.

2.12. Cabe ressaltar que a Investigação social ocorrerá independentemente de quaisquer fases do certame, dispensando qualquer investigação quanto à gravidade do fato omitido ou mesmo o desfecho que os referidos fatos tenham tido na esfera penal.

2.13. O candidato deverá enviar o Formulário de Informações Confidenciais - FIC e os seguintes documentos, todos indispensáveis ao prosseguimento no certame, devendo preservar os originais para entrega no dia **08/10/2024**, conforme subitem 2.7:

**2.13.1 - 01** (uma) cópia legível e autenticada em cartório dos seguintes documentos:

I - Cédula de Identidade (RG);

II - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se possuir;

III - Cadastro de Pessoa Física (CPF), caso a respectiva numeração não esteja presente no RG ou não possua CNH;

IV - Certidão de Nascimento ou Casamento;

V - Comprovante de Residência atual, em nome do candidato, do cônjuge ou de familiar, com a respectiva comprovação do alegado parentesco (podendo ser conta de água, luz, telefone, internet);

VI - Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino;

VII - Histórico Escolar e o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou grau equivalente, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente.

**2.13.2** - Os originais dos seguintes documentos, todos indispensáveis ao prosseguimento no certame:

I - certidão de antecedentes criminais, da cidade/município da Jurisdição onde reside/residiu nos últimos 5 (cinco) anos:

a) da Justiça Federal;

b) da Justiça Estadual ou do Distrito Federal;

c) da Justiça Militar Federal, inclusive para as candidatas do sexo feminino;

d) da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para as candidatas do sexo feminino;

II - certidão de antecedentes criminais eleitorais;

III - certidão de cumprimento das obrigações eleitorais;

IV - certidões dos cartórios de protestos de títulos da cidade/município onde reside/residiu nos últimos 5 (cinco) anos;

V - certidões dos cartórios de execução cível da cidade/município onde reside/residiu nos últimos 5 (cinco) anos;

VI - Certidão da situação atual do prontuário do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), se habilitado;

VII - Certidão expedida pelo órgão público em que serviu ou estiver servindo, caso o candidato seja ou tenha sido servidor público civil ou militar, informando:

a) situação disciplinar / comportamento atuais, ou de quando foi exonerado ou licenciado, se ex-servidor;

b) Se responde ou já respondeu a Procedimento Disciplinar;

c) Punições sofridas.

VIII - Atestado de boa conduta fornecido pelo último empregador, caso tenha exercido atividade formal remunerada, ou declaração firmada pelo candidato de que nunca exerceu atividade laboral;

IX - última declaração do imposto de renda junto à Receita Federal, se houver.

**2.14.** Somente serão aceitas certidões expedidas, no máximo, nos 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega fixada no subitem 1.1 e dentro do prazo de validade específico constante de cada documento.

**2.15.** Serão desconsiderados os documentos com rasuras.

**2.16.** Poderão ser solicitados, a qualquer tempo durante a investigação, outros documentos necessários para comprovação de dados ou para o esclarecimento de fatos e situações envolvendo o candidato.

**2.17.** São fatos que afetam o procedimento irrepreensível, a idoneidade moral inatacável e a conduta ilibada do candidato:

I - habitualidade em descumprir obrigações legítimas ou indisciplina;

II - relacionamento de amizade, convivência, conivência ou exibição em público com indivíduos envolvidos em práticas delituosas, de notórios e desabonadores antecedentes criminais;

III - vício de embriaguez;

IV - uso de droga ilícita de qualquer espécie;

V - prática de ato atentatório à moral e aos bons costumes;

VI - histórico de conduta violenta e/ou agressiva;

VII - figurar, na condição de autor, em inquérito policial ou inquérito policial militar ou termo circunstanciado de ocorrência ou procedimento disciplinar, ou figurar, na condição de réu, em ação penal;

VIII - figurar na condição de autor de infração de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 9.099/1995, que desabone a conduta ilibada, a reputação e a idoneidade moral do candidato;

IX - existência de antecedentes criminais;

X - responder por crime tipificado na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

XI - envolvimento com prática de exploração sexual, incitação, exaltação ou apologia de atos de vandalismo, de atos de perturbação de sossego, de incitação, exaltação ou apologia de atos criminosos;

XII - veiculação por qualquer meio de discursos de ódio motivados por convicções ideológicas, religiosas, raciais, culturais, sexuais, étnicas e esportivas;

XIII - demissão de cargo público e destituição de cargo em comissão, no exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;

XIV - demissão por justa causa nos termos da legislação trabalhista;

XV - ter recebido punição grave ou apresentar comportamento desabonador em seus locais de trabalho;

XVI - prestar declaração falsa ou omitir registro relevante sobre sua vida pregressa no âmbito da investigação social;

XVII - prática de conduta escandalosa ou de repercussão social de caráter negativo, ou que comprometa a função de segurança pública e a credibilidade da Instituição;

XVIII - frequência a locais incompatíveis com o decoro da função de segurança pública;

XIX - participação ou filiação como sócio, membro ou dirigente de entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às instituições constitucionais ou ao regime vigente;

XX - contumácia em cometer infrações contidas no Código de Trânsito Brasileiro que coloquem em risco a integridade física ou a vida de outras pessoas;

XXI - estar em desacordo com o serviço militar obrigatório ou ter utilizado de meio fraudulento para se esquivar de sua prestação, se candidato do sexo masculino;

XXII - possuir registros de comportamento desabonador nas Forças Armadas ou em qualquer uma das Forças Auxiliares, ou ter sido excluído ou licenciado destas a bem da disciplina;

XXIII - possuir registros de comportamento que atentem contra a organização, hierarquia e a disciplina em estabelecimentos de ensino e/ou profissionais;

XXIV - possuir atestado médico ou declaração falsa de trabalho em seu prontuário escolar ou profissional, quando identificado pela equipe ou subcomissão responsável pela investigação;

XXV - prática habitual de jogo proibido;

XXVI - mandado de prisão em seu desfavor.

**2.18.** Nas situações elencadas nos incisos VII e VIII do subitem 2.17, ou seja, situações em que não haja trânsito em julgado da sentença para desqualificar a boa conduta, devem ser sopesados caso a caso com outros elementos igualmente desabonadores de sua idoneidade, não compatíveis com o decoro exigido para o cargo.

**2.19.** Nas situações elencadas no inciso XIV do subitem 2.17, deverão ser indicados quais os motivos da demissão por justa causa que afrontam a moralidade administrativa e/ou lisura e retidão que são incompatíveis ao cargo

pleiteado pelo candidato.

**2.20.** Será passível de eliminação do concurso público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:

I - deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, no prazo estabelecido neste Edital;

II - apresentar documento, atestado ou certidão falsos, em qualquer das fases do certame;

III - apresentar certidão com expedição fora do prazo previsto no subitem 2.14;

IV - apresentar documentos rasurados;

V - tiver sua conduta enquadrada em qualquer dos incisos previstos no subitem 2.17 deste Edital;

VI - tiver omitido informações relevantes ou faltado com a verdade, quando do preenchimento do FIC ou de suas atualizações.

**2.21.** Os membros da Comissão de Investigação Social serão designados por meio de ato do Secretário Municipal da Segurança Cidadã dentre servidores da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã - SESEC e/ou Guarda Municipal de Fortaleza-GMF.

**2.22.** O Secretário Municipal da Segurança Cidadã designará ainda subcomissões cujo número deverá se adequar à demanda da Investigação Social do concurso.

**2.23.** O parecer da subcomissão será remetido à presidência da Comissão de Investigação Social, opinando pela recomendação ou não recomendação do candidato, com base nos elementos reunidos.

**2.23.1** A Comissão de Investigação Social convocará cada candidato não recomendado pelo parecer da subcomissão para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, apresente por escrito sua defesa;

**2.23.2** A notificação que trata o subitem anterior poderá ocorrer via email do candidato cadastrado no site da Banca Organizadora.

**2.24.** Caso a Comissão, em despacho conclusivo, decida pela inaptidão do candidato, este será devidamente cientificado, o qual poderá apresentar recurso no prazo de **2 (dois) dias** úteis à Comissão Especial do Concurso, **contados a partir da divulgação do resultado preliminar da Investigação Social no site oficial da Banca Organizadora** <https://idecan.selecao.net.br/informacoes/63/>

**2.25.** A publicação dos resultados preliminar e definitivo da investigação social listará os candidatos considerados “recomendados/aptos”, por meio de publicação em datas comunicadas oportuna e previamente via edital a ser divulgado no endereço eletrônico <https://idecan.selecao.net.br/informacoes/63/>

**2.26.** A investigação social dos candidatos abrangerá as pesquisas em registros policiais, judiciais, cartorários e disciplinares.

**2.27.** Os pareceres de recomendação ou não recomendação dos candidatos deverão ser individualizados, acompanhados do prontuário de cada candidato, discriminando detalhadamente os resultados positivos ou negativos.

**2.28.** O procedimento de investigação na área residencial consiste na entrevista de pessoas que possam fornecer informações a respeito do candidato e deverá abranger o relacionamento com os vizinhos, conceito moral e comportamental destes sobre o candidato, padrão de vida e compatibilidade com o rendimento do candidato, seus hábitos sociais e praticas desportivas, companhias/amizades do candidato e seus conceitos junto aos vizinhos, possíveis vizinhos com problemas penais ou judiciais e o relacionamento destes com o candidato, dentre outras perguntas úteis para avaliar o comportamento do candidato na área residencial.

**2.29.** No relatório sobre a investigação da vizinhança deverão ficar consignados os nomes e endereços dos entrevistados, bem como suas opiniões a respeito do candidato.



- 2.30.** A investigação nos estabelecimentos de ensino consiste na entrevista de pessoas que possam fornecer informações nos Estabelecimentos de ensino onde estudou ou estuda.
- 2.31.** A conversa deverá ser conduzida no sentido de se verificar o aspecto disciplinar, de responsabilidade e de envolvimento com situações desabonadoras (uso de drogas, furtos etc.).
- 2.32.** Será verificada a veracidade das informações escolares prestadas pelo candidato em seu Formulário de Informações Confidenciais - FIC, checando-se junto aos estabelecimentos de ensino.
- 2.33.** No relatório sobre os Estabelecimentos de Ensino deverão ficar consignados os nomes e endereços dos entrevistados, bem como suas opiniões a respeito do candidato.
- 2.34.** A investigação nos locais recreativos consiste na entrevista de pessoas que possam fornecer informações sobre o candidato, nos locais sociais frequentados pelo mesmo, tendo como objetivo os tópicos anteriores, notadamente sobre o temperamento, conceito moral e social.
- 2.35.** No relatório sobre os locais de lazer do candidato deverão ficar consignados os nomes e os endereços dos entrevistados, bem como suas opiniões a respeito do candidato.
- 2.36.** A investigação nos locais de trabalho consiste na entrevista de pessoas que possam fornecer informações sobre o candidato, tanto no seu emprego atual como nos anteriores.
- 2.37.** A condução da entrevista deverá seguir a mesma orientação dos tópicos anteriores.
- 2.38.** No relatório sobre os locais de trabalho do candidato deverão ficar consignados os nomes e os endereços dos entrevistados, bem como suas opiniões a respeito do candidato.
- 2.39.** Cabe à Comissão De Investigação Social encaminhar o relatório final da Investigação Social a Comissão Especial do Concurso, referente aos candidatos considerados “RECOMENDADOS/APTO” e “NÃO RECOMENDADOS/INAPTO”.
- 2.40.** Outras certidões ou documentos poderão ser solicitados na convocação para a fase ou durante a realização desta.
- 2.41.** Os candidatos que entregarem certidões expedidas via Internet deverão fazer juntada, também, das respectivas autenticações fornecidas pelos sites emissores, por ocasião da geração do documento.
- 2.42.** A Investigação Social contempla ainda a realização de diligências visando a verificar o comportamento, de um modo geral, do candidato, bem como se sua conduta social não se dissocie dos (as):
- a.** Requisitos estabelecidos neste EDITAL para ingresso na Guarda Municipal de Fortaleza;
- b.** Obrigações e deveres inerentes a um Guarda Municipal, de acordo com as Lei Complementares Municipais nº 037/2007 e 038/2007, e suas respectivas alterações e atualizações.
- 2.43.** Os candidatos, que durante a realização de qualquer fase do certame, faltarem com o respeito e/ou a ética social com qualquer dos examinadores, não cumprirem determinações administrativas para a realização do concurso e/ou tentarem, de qualquer forma, fraudar o concurso, serão imediatamente eliminados do certame.
- 2.44.** O candidato que tiver omitido informações ou faltado com a verdade, será eliminado do certame, dispensando qualquer investigação quanto à gravidade do fato omitido ou mesmo o desfecho que os referidos fatos tenham tido na esfera penal.
- 2.45.** A Investigação Social poderá solicitar, a qualquer tempo durante o exame, outros documentos necessários para a comprovação de dados ou para o esclarecimento de fatos e situações envolvendo o candidato.
- 2.46.** A Investigação Social do candidato poderá ser reavaliada caso surjam fatos novos não chegados ao conhecimento da administração, e ocorridos antes de nomeação e posse no cargo.

2.47. As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos nestas informações da Investigação Social serão dirimidas pelo Secretário Municipal da Segurança Cidadã.

2.48. O candidato inapto na Investigação Social será eliminado do Concurso Público.

2.49. O resultado da análise dos recursos contra o resultado da Investigação Social será divulgado no endereço eletrônico <https://idecan.selecao.net.br/informacoes/63/> e publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza;

### **3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. Durante todo o período do Concurso Público o candidato deverá manter atualizados os dados informados no FIC, assim como cientificar formal e circunstanciadamente qualquer outro fato relevante para a investigação.

3.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ (SESEC) poderá solicitar, a qualquer tempo durante a investigação social, quaisquer documentos necessários para a comprovação de dados ou para o esclarecimento de fatos e situações envolvendo o candidato.

Fortaleza/CE, 027de setembro de 2024.

**HERALDO MAIA PACHECO**

Secretário Municipal da Segurança Cidadã (SESEC)

**JOÃO MARCOS MAIA**

Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG)

**ANEXO ÚNICO**

**AO EDITAL Nº44/2024 – SESEC/SEPOG– GUARDA MUNICIPAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (FIC) E OUTROS DOCUMENTOS - SUB JUDICE - COMPLEMENTAR**

<b>INSCRIÇÃO</b>	<b>CANDIDATO</b>
1209846	BRENO PATRICK KELLY COSTA E SILVA – SUB JUDICE
1192912	EDSON MONTEIRO DE OLIVEIRA – SUB JUDICE
1265411	EMERSOM HONORATO SANTOS – SUB JUDICE
1238623	FRANCISCA FERNANDES DA SILVA GOIS – SUB JUDICE
1255123	LEONARDO CARNEIRO RIBEIRO – SUB JUDICE

\*\*\*





---

**Fortaleza**  
PREFEITURA

---



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número YVE5XXSK

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 3733409 e código YVE5XXSK

**ASSINADO POR:**